

## BACIA DO ROVUMA: GÁS DOMÉSTICO

# PROCESSO NÃO TRANSPARENTE SELECIONA EMPRESAS DUVIDOSAS

## Introdução

O Governo, através do Ministério dos Recursos Minerais e Energia, lançou, em finais de Agosto de 2016, o concurso “com vista a selecção de empresas para a concepção, investimento e desenvolvimento de projectos tais como geração de energia eléctrica e produção de fertilizantes e/ou de combustíveis líquidos para o consumo em Moçambique”, com recurso à quota do gás a que o país tem direito nos projectos da Bacia do Rovuma. Tendo em conta a complexidade técnica das propostas, estranhamente o concurso tinha a duração de apenas 16 dias, mas foi prorrogado por mais dois meses e um dia. Assim, até 17 de Novembro de 2016, o INP havia recebido propostas de 14 empresas<sup>1</sup>.

Entre os concorrentes constam a Mitsui, Engro Fertilizer, Shell Mozambique BV, Electricidade de Moçambique, Yara International, Marubeni, GL-Africa Energy, Muinvest, Auto-Gás, Epsilon, Jiangsu Sinochem Construction Co.LTD, UNION-JNC-JSPDI-VBC-SAL Consortiun, Gas Nosu e MOTSE.SA. Essas empresas operam em áreas de produção de fertilizantes, transporte e distribuição de gás natural, produção de energia eléctrica e de combustíveis líquidos, com destaque para o GTL, respectivamente (*vide tabela 1*).

<sup>1</sup> Anúncio do encerramento do concurso publicado na página do INP

Tabela 1: Detalhes sobre as empresas concorrentes

Empresa	Área de Investimento	Localização do Projecto	Quantidade de Gás Necessária
Yara International	Fertilizantes e energia eléctrica	N/R	80 – 90 mmscf/d (milhões de pés cúbicos dia)
Shell Moçambique BV	Combustíveis líquidos e energia eléctrica	N/R	310 – 330 mmscf/d (milhões de pés cúbicos dia)
GL Africa Energy	Energia eléctrica	N/R	41.8 mmscf/d (milhões de pés cúbicos dia)
Mitsui	Combustíveis	N/R	N/R
Engro Fertilizer	Fertilizantes	N/R	N/R
Muinvest	Energia e fertilizantes	N/R	N/R
Auto-Gás	Combustíveis	N/R	N/R
Epsilon	Energia e combustíveis	N/R	N/R
Jiangsu Sinochem Construction Co.LTD	Energia e fertilizantes	N/R	N/R
UNION-JNC-JSPDI-VBC-SAL Consortium	Combustíveis e energia	N/R	N/R
Gas Nosu	Transporte de gás natural (pipeline)	N/R	N/R
MOTSE.SA	Energia	N/R	N/R
Marubeni	Combustível	N/R	N/R
Electricidade de Moçambique	Energia	N/R	N/R

Fonte: Compilação do CIP com base no anúncio dos resultados do Concurso

“

O Governo moçambicano tem sido abordado por empresas moçambicanas e internacionais que firmam parcerias com a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) para proporem projectos de monetização do gás natural destinado ao mercado doméstico.

”

O Governo moçambicano tem sido abordado por empresas moçambicanas e internacionais que firmam parcerias com a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) para proporem projectos de monetização do gás natural destinado ao mercado doméstico.

## Concurso Público com aspectos-chave não definidos

Os termos de referência sobre este concurso são bastante genéricos que, na verdade, reflectem o próprio Plano Director do Gás Natural (PDGN) que é uma *shopping list*. E os concorrentes deviam, nas suas propostas, apresentar o seguinte:

- i) Descrição detalhada do projecto proposto, devendo incluir, de entre outros: o desenho (layout) preliminar das instalações do projecto; a localização das instalações do projecto, podendo ser apresentadas localizações alternativas a serem detalhadamente estudadas durante o período de duração do MdE; necessidade de postos de trabalho durante a fase de construção e de operação; planos para capacitação ou formação de técnicos nacionais necessários para o projecto; estimativa de despesas de investimento e de custos operacionais.*
- ii) Quantidade de gás natural necessária para o desenvolvimento do projecto, em milhões de pés cúbicos por dia e/ou por ano;*
- iii) Proposta preliminar de capital próprio e de financiamento para a implementação do projecto, incluindo possíveis fontes de financiamento;*
- iv) Cronograma de implementação do projecto (calendarização);*
- v) Estimativa das quantidades de produtos para o mercado nacional e para exportação. Planos de comercialização e exportação. Potenciais compromissos preliminares por parte dos compradores.*
- vi) Impacto Social do projecto (propostas de acções relativas a emprego, desenvolvimento do capital humano, desenvolvimento de infraestruturas sociais e responsabilidade social empresarial);*
- vii) Impacto económico do projecto (geração de receitas fiscais, envolvimento de Pequenas e Médias Empresas e sua contribuição no fornecimento de bens e serviços para o projecto, preço competitivo do produto final, desenvolvimento de infraestruturas económicas, benefícios económicos a nível regional, desenvolvimento do conteúdo local);*
- viii) Proposta de participação do Estado e de empresas ou pessoas físicas moçambicanas na empresa ou na sociedade a ser criada especificamente para o projecto;*
- ix) Proposta de acções a serem desenvolvidas pelo proponente, no caso de ganhar a adjudicação no concurso, durante o período de validade do MdE (Estudo de Viabilidade Técnico-Económica, negociação de contrato de compra de gás natural, etc.) até tornar o projecto bancável.*

Com os ToR apresentados desta forma, o INP aceitava qualquer projecto nas áreas indicadas e em qualquer local e, ainda, deixava ao critério de cada empresa solicitar a quantidade de gás natural que julgasse necessária para a implementação dos projectos. A expectativa era de ter ToR que, partindo do PDGN, definissem as áreas em que o Governo pretende atrair investimento, que indicassem o tipo de projecto que pretende ver desenvolvido e em que áreas geográficas, incluindo as quantidades de gás disponíveis para cada projecto. Com base nisto, as empresas iriam apresentar propostas concretas, tendo em linha de conta os critérios acima arrolados.

Este nível é definido pelo MIREME que tem como competências/atribuições, entre outras: promover o processamento, adição do valor de hidrocarbonetos e maximizar a sua utilização no país e aprovar estudos e projectos de desenvolvimento de empreendimentos de exploração e produção de petróleo e infraestruturas de produção, armazenagem, distribuição, fornecimento e comercialização de gás natural e produtos petrolíferos e cabendo ao INP a administração do concurso.

O único momento em que o INP apresenta uma proposta de local para a realização de um investimento é quando se refere aos jazigos de apatites, no distrito de Monapo, em Nampula, cujo processamento pode resultar no concentrado de pentóxido de fósforo, uma matéria-prima para a produção do ácido fosfórico que, por sua vez, pode ser utilizado na produção de fertilizantes fosfatados. Assim, o INP salienta que um projecto que combine a amónia produzida a partir do gás natural com o ácido fosfórico permite a produção de um leque variado de fertilizantes que podem ser utilizados para o desenvolvimento da agricultura em Moçambique e para a exportação<sup>2</sup>.

Sendo Parcerias Público-Privadas (PPP), devia ser, em termos concretos, o Governo a dizer onde pretende ver desenvolvidos projectos de geração de electricidade, combustíveis líquidos e fertilizantes e as várias empresas concorrerem para a execução/implementação dos mesmos. O Governo avaliaria os projectos, por área, tendo em conta os ToR, anteriormente definidos e conhecidos por todos, antes do concurso iniciar.

Outro aspecto importante é que o Governo lançou o concurso sem antes determinar o preço do gás a nível doméstico. Em 2013, o então MIREM iniciou um processo de elaboração de um modelo de precificação do gás natural para o mercado doméstico, cujos resultados ainda não são do domínio público.

Os Termos de Referência do Concurso mencionam, de forma pouco clara, que, primeiramente, serão fornecidos 100 milhões de pés cúbicos de gás natural por dia, contra os 400 milhões de pés cúbicos por dia, devidos. Essa quantidade (100 milhões de pés cúbicos) será, a curto prazo, alocada a um preço não inferior a 2,5 dólares/GJ, que é considerado, de acordo com o INP, como correspondendo aos custos de desenvolvimento e produção do gás não associados a partir de jazigos em águas profundas, mas não se sabe a metodologia utilizada para a fixação deste preço.

O Governo diz que os restantes 300 milhões de pés cúbicos diários estarão dependentes da existência de projectos que justifiquem a toma de tais volumes e os correspondentes compromissos firmes por parte dos compradores. Entretanto, não diz o que será feito com estas quantidades de gás, enquanto as mesmas não puderem ser absorvidas no mercado doméstico.

Certamente que as quantidades disponibilizadas estão mais condicionadas à disponibilização do gás natural pelas operadoras Eni e Anadarko. Nas negociações com a Eni, o Governo acordou que no projecto de Coral Sul (cujas decisões finais de investimento parciais já foram tomadas) nenhuma quantidade será alocada ao mercado nacional, sendo que a empresa compensará com a produção do campo de Mamba. Enquanto isso, a Anadarko dispôs-se, apenas, a disponibilizar um quarto dos 400 milhões de pés cúbicos de gás natural por dia, sob o argumento de que não pode perder dinheiro nesta transacção<sup>3</sup>.

A questão dos preços é bastante determinante para o sucesso dos projectos. Aliás, o PDGN reconhece que o preço do gás natural para consumo doméstico deve incentivar o seu uso para o transporte, indústrias nacionais, cozinha e outras utilizações e sublinha que os promotores de projectos, que não sejam os implementados pelas multinacionais, teriam dificuldade em utilizar o gás natural no mercado doméstico pelo seu valor *netback* total.

“

Outro aspecto importante é que o Governo lançou o concurso sem antes determinar o preço do gás a nível doméstico. Em 2013, o então MIREM iniciou um processo de elaboração de um modelo de precificação do gás natural para o mercado doméstico, cujos resultados ainda não são do domínio público

”

<sup>2</sup> Termos de referência do concurso do Gás Doméstico, pp 4 e 25

<sup>3</sup> <http://furtherafrica.com/2015/11/12/moz-lng-deals-stuck-on-domestic-marker-offtake>



“

O PDGN reconhece que o preço do gás natural para consumo doméstico deve incentivar o seu uso para o transporte, indústrias nacionais, cozinha e outras utilizações e sublinha que os promotores de projectos, que não sejam os implementados pelas multinacionais, teriam dificuldade em utilizar o gás natural no mercado doméstico pelo seu valor netback total.

”

Para contornar esta questão, o PDGN prevê que o preço doméstico do gás de Palma seja determinado na base de leilão, cujos termos serão estabelecidos pelo Governo e serão diferentes em cada campo onde o gás será produzido. Assim, o primeiro leilão era esperado a partir de 2018, altura que se previa que fosse o início da exploração do gás na Bacia do Rovuma. O leilão estabelece um preço que será válido por um período de 20 anos. Assim, os projectos qualificados, de acordo com o PDGN, proporcionarão licitações para: o volume total de gás solicitado em Giga Joules (GJ), durante um período de leilão de 20 anos; o preço de licitação em \$/GJ (dólares nominais); factores de agravamento/ajustamento anual do preço de licitação. Entretanto, não há indicação de que os projectos seleccionados tenham apresentado a proposta de preço de compra de gás natural. De acordo com o PDGN, as propostas de preço de leilão deverão ser específicas para cada campo onde o gás será produzido. Ora, na Bacia do Rovuma há quatro campos em perspectiva: o campo Coral Sul e Mamba, na área 4, operado pela multinacional italiana ENI, bem como Golfinho/Atum e Prosperidade, na área 1, operado pela Anadarko. O campo de Coral Sul será o primeiro a começar a produzir na Bacia do Rovuma, provavelmente em 2022, e a decisão final de investimento que, segundo o Governo, deverá ocorrer neste semestre, está dependente, neste momento, da declaração da empresa chinesa CNPC. Em relação ao Campo de Golfinho/Atum, cujo plano de desenvolvimento foi submetido ao Governo para aprovação ao longo do último trimestre de 2016<sup>4</sup>, com muito optimismo pode esperar-se que a decisão final de investimento seja feita ainda este ano, caso o plano seja aprovado no decurso deste trimestre. Entretanto, os termos de referência têm como base a produção de gás na área 1, operada pela Anadarko, tendo como prazo para o início da produção o ano de 2022<sup>5</sup>, o que é pouco provável.

## Falta de transparência na selecção dos projectos

Das 14 empresas concorrentes, apenas três empresas, nomeadamente, GL Energy Africa, Shell Moçambique BV e Yara International, foram seleccionadas, com projectos de produção de energia, fertilizantes e combustíveis líquidos, respectivamente, num total de 461 milhões de pés cúbicos (*vide detalhes na tabela 2*). Entretanto, o gás natural destinado ao mercado doméstico corresponde a 400 milhões de pés cúbicos, dos quais estão garantidos 100 milhões de pés cúbicos numa primeira fase, sendo que a parte remanescente será alocada condicionalmente, tal como referido acima.

Os aspectos que determinaram a aprovação das propostas das três empresas estrangeiras e a reprovação das referentes às 11 empresas concorrentes não são do conhecimento público. No seu comunicado de anúncio dos resultados do concurso, de apenas uma página, o INP simplesmente apresenta as três empresas e as quantidades de gás solicitadas, bem como a sua finalidade. E não é do conhecimento público quantos projectos pretendia seleccionar.

Das 14 empresas que submeteram as suas propostas, quantas foram desqualificadas preliminarmente por não cumprirem tais requisitos? Que requisitos? – Localização do projecto, valor do investimento, quantidade do gás requerido, número de empregos gerados? Preço de compra do gás? Participação do Estado e de nacionais? – Tendo em conta o interesse público, seria importante que o INP publicasse um relatório detalhado sobre o processo.

Os Termos de Referência do concurso referem que os concorrentes deveriam apresentar provas bastantes de que têm capacidade técnica e financeira para implementar os projectos propostos. Assim, na qualificação técnica eram exigidos, para além da sua experiência, dos planos técnicos e de engenharia do projecto, a apresentação de eventuais estudos de pré-viabilidade do projecto (que já devia ter sido realizada), a estratégia de desenvolvimento do projecto, a tecnologia a implementar nos projectos propostos, o grau de inovação para uma produção eficiente, entre outros aspectos. E na componente

<sup>4</sup> [http://www.anadarko.com/content/documents/apc/Owner\\_Relations/APC\\_Ops\\_Report.pdf](http://www.anadarko.com/content/documents/apc/Owner_Relations/APC_Ops_Report.pdf)

<sup>5</sup> Termos de referência do concurso sobre Gás Doméstico, p 6

financeira, os concorrentes tinham de demonstrar ter recursos financeiros necessários para realizar o investimento no país e provar a sua solvabilidade.

Ainda era exigido que as empresas concorrentes submetessem o calendário previsto para a construção e operação do empreendimento, juntamente com uma lista de licenças necessárias e prazos previstos para a sua obtenção. Igualmente, deveriam fornecer uma lista dos riscos potenciais e um plano de gestão dos riscos, com o objectivo de assegurar a construção e a entrada em funcionamento nos prazos previstos.

O concurso tinha, ainda, uma componente ligada ao impacto social do projecto, que considera o emprego gerado para nacionais, desenvolvimento do capital humano e de infraestruturas sociais.

Na componente de emprego, a empresa devia ter um plano de acção para empregar cidadãos moçambicanos, bem como de formação e transferência de conhecimento. No que diz respeito ao desenvolvimento do capital humano, era exigido que todas as propostas incluíssem um plano de acção para formar nacionais e capacitar as comunidades em diversas actividades que tenham um impacto positivo e dinamizem o empreendedorismo juvenil, portanto, descrever como o projecto contribuiria para o desenvolvimento da comunidade ao longo do tempo de vida do projecto.

No que se refere a infra-estruturas sociais, era exigido que as propostas de projectos tivessem planos de desenvolvimento de infra-estruturas sociais nas comunidades locais (tais como escolas, centros de conhecimento, orfanatos, hospitais, centros de acolhimento, de entre outros), que tenham um impacto positivo, tendo em conta as preocupações e necessidades dessas mesmas comunidades locais.

Em resultado destas exigências, apenas três responderam às exigências, todas elas são internacionais, com um portfólio de projectos em vários países do mundo.

“ Os Termos de Referência do concurso referem que os concorrentes deveriam apresentar provas bastantes de que têm capacidade técnica e financeira para implementar os projectos propostos. ”

Tabela 2: Detalhes sobre as empresas seleccionadas

Empresa	Área de Investimento	Localização do Projecto	Quantidade de Gás Necessária
Yara International	<ul style="list-style-type: none"><li>•1.2 -1.3 MTPA de fertilizantes (Amoníaco/Ureia)</li><li>•30 – 50 MW de energia eléctrica</li></ul>	Não mencionada	80 – 90 mmscf/d (milhões de pés cúbicos dia)
Shell Moçambique BV	<ul style="list-style-type: none"><li>•38 mil barris de combustíveis líquidos (GTL Gasóleo, Nafta e Queroseno)</li><li>•50 – 80 MW de energia eléctrica</li></ul>	Não mencionada	310 – 330 mmscf/d (milhões de pés cúbicos dia)
GL Africa Energy	<ul style="list-style-type: none"><li>•250 MW de energia eléctrica</li></ul>	Nacala	41.8 mmscf/d (milhões de pés cúbicos dia) de gás natural para produzir 250 MW de energia eléctrica.

## Perfil das empresas vencedoras

### 1. Yara International

Yara International é uma empresa norueguesa fundada em 1904 que opera na produção de fertilizantes minerais e outros produtos industriais em vários países da Europa, África, Ásia/Oceania, America Latina e do Norte.

Em Moçambique, a empresa tem duas subsidiárias: a Yara Moçambique SA e a Terminal de Fertilizantes da Beira, SA<sup>6</sup>, ora encerrada. A Yara Moçambique foi criada em 2009, estabelecendo a sua sede na Cidade da Beira. O seu objecto social consiste na

<sup>6</sup> [http://yara.com/doc/228666\\_Country\\_by\\_country\\_reporting\\_2015.pdf](http://yara.com/doc/228666_Country_by_country_reporting_2015.pdf)

“

Para a implementação deste projecto, em 2014, a Shell Moçambique BV estabeleceu uma parceria com a ENH para a realização de estudos sobre a produção de GTL a partir da quota do gás da Bacia do Rovuma a que o país tem direito. Esse estudo deu corpo à proposta que foi submetida no âmbito deste concurso.

”

aquisição, importação, depósito, manuseamento, mistura, distribuição, venda e exportação de fertilizantes e produtos similares e ainda a prestação de serviços conexos ou outras actividades acessórias ou necessárias à concretização do seu objecto. Por deliberação da assembleia-geral, a sociedade poderá adquirir participações maioritárias ou minoritárias, no capital de outras sociedades nacionais ou estrangeiras, independentemente do ramo de actividade<sup>7</sup>.

### Caixa de texto: Yara Internacional envolvida em corrupção na Líbia, Rússia e Índia

O percurso da empresa norueguesa Yara International é marcada por envolvimento em actos de corrupção entre 2004 e 2009 na Líbia, Índia e Rússia, que resultou na condenação de três dirigentes da empresa e no pagamento de 295 milhões de coroas norueguesas.

Na Líbia, os actos de corrupção envolvem negociações com a empresa pública do país para a construção de uma planta de fertilizantes. As investigações mostraram que a Yara International pagou 5 milhões de dólares ao filho do ex-ministro dos petróleos líbio, Shkri Ghanem, dos quais 1.5 milhão foi pago no dia 29 de Março de 2007, por via da empresa Nitrochem, uma parceira suíça da Yara<sup>8</sup>.

Na Índia, a Yara International chegou a acordo com uma empresa detida em 67% pelo filho do consultor financeiro no Ministério dos assuntos químicos e fertilizantes daquele país asiático, Jivtesh Singh Maini, para a implementação de um projecto de fertilizantes. A parceria nunca chegou a ser realizada, mas a Yara pagou 1 milhão de dólares via facturas enviadas a partir de Gurpreetesh Singh Maini para uma conta em Hong Kong, no dia 16 de Outubro de 2007.

A conta em Hong Kong pertence à empresa Krystal Holdings & Investments Limited, que estava registada nas Ilhas Virgens Británicas, um paraíso fiscal, e aberta em nome da esposa de Jivtesh e da empresa Gurpreetesh Singh Maini.

Em Dezembro do ano passado (2016), o Presidente da Yara e outros dois executivos da empresa viram as suas penas de prisão revertidas, na sequência de um recurso que submeteram. Entretanto, o chefe da divisão dos assuntos legais da empresa, o norte-americano Kendrick Wallace, teve a sentença de 2,5 anos de prisão exarada no ano passado, confirmada pelo Tribunal de Recurso de Borgarting.

## 2. Shell Moçambique BV

É uma empresa criada na Holanda em 2015, com sede em Haia, subsidiária da Royal Dutch Shell plc. Não existe muito detalhe sobre esta empresa, sabendo-se apenas que um escritório da empresa foi estabelecido em Moçambique, concretamente em Maputo, tendo em vista o desenvolvimento de um projecto significativo de produção de Gás para Líquidos (GTL, sigla em inglês).

Para a implementação deste projecto, em 2014, a Shell Moçambique BV estabeleceu uma parceria com a ENH para a realização de estudos sobre a produção de GTL a partir da quota do gás da Bacia do Rovuma a que o país tem direito<sup>9</sup>. Esse estudo deu corpo à proposta que foi submetida no âmbito deste concurso.

A Shell tem uma presença de longa data no mercado moçambicano. Na década de 70, juntamente com a British Petroleum (BP), entrou no mercado criando a BP and Shell Moçambique Limited. No início da década de 80 foi criada a Sociedade Shell Petroleum Development Mozambique BV; em Maio de 1997, a Shell Petroleum Company Limited em parceria com a The Asiatic Petroleum Company Limited criou a Shell Moçambique Limitada que está vocacionada na produção, refinação, armazenamento, comercialização e distribuição, importação, exportação e transporte de petróleos e seus derivados, bem como todo o tipo de óleos de origem vegetal, animal e/ou mineral<sup>10</sup>.

<sup>7</sup> BR n° 46, III Série, 4° Suplemento de 24 de Novembro de 2009

<sup>8</sup> <http://www.tnp.no/norway/economy/4769-biggest-corruption-trial-in-norway-continues-india-libya-yara-bribe>

<sup>9</sup> <https://www.thebusinessyear.com/mozambique-2016/rovuma-gas/b2b>

<sup>10</sup> BR n° 35, III série de 27 de Agosto de 1997, pp 783

### 3. GL Africa Energy

A Great Lakes Africa Energy (GL Africa Energy Limited) é uma empresa registada em Londres, no Reino Unido, em 2013, tendo como objecto do seu negócio o desenvolvimento e operação de projectos energéticos numa meia dúzia de países<sup>11</sup>.

Esta empresa, registada por uma cidadã de nacionalidade britânica tem na sua estrutura accionária um empresário milionário queniano, Humphrey Kariuki, e a sua filha, Nyawira Kariuki, em posição maioritária. Ambos assumem a direcção da empresa desde 2014.

A empresa não possui grande experiência na implementação de projectos de geração de energia, sobretudo através do gás natural. O único projecto de que há registo está a ser implementado, na Zâmbia, através da Ndola Energy Company Limited, a partir de combustíveis pesados. Trata-se de um projecto cujo custo foi de 50 milhões de dólares<sup>12</sup>, mais de sete vezes inferior ao que a empresa se propôs investir em Moçambique (370 milhões de dólares)<sup>13</sup>.

## O apetite das elites políticas no negócio do gás natural

Nos últimos 10 anos, uma série de empresas ligadas à elite dirigente do Estado e do Partido Frelimo emergiu no mercado, preparando-se para tirar vantagens do sector extractivo em Moçambique. Muitas dessas empresas/sociedades apresentam um objecto social demasiado amplo, como se esperassem pela oportunidade para se encaixarem no que lhes surgir.

As investidas destas empresas a nível do sector extractivo iniciaram em 2015, aquando do concurso para a concessão de 15 blocos petrolíferos em todo o país, em que as empresas Proinveste Mozambique SA e Namoz Natural Resources Lda, detidas por figuras séniores do partido Frelimo, apresentaram propostas como não operadores, uma modalidade não prevista no concurso.

Igualmente, em Março de 2016, a empresa sul-africana SacOil anunciou a formação de um consórcio para propor ao Governo moçambicano a construção de um gasoduto de transporte de gás natural de Palma (Cabo Delgado) para Gauteng (África do Sul), com ramificações em “cidades e assentamentos urbanos” em Moçambique. O consórcio integra, para além da SacOil, a empresa pública ENH e a Profin Consulting, SA, uma empresa de capitais privados moçambicanos participada por Alberto Joaquim Chipande e sua esposa Hortência Cornélio João Mandanda Chipande.<sup>14</sup>

O consórcio chegou a anunciar que o gasoduto, de 80 mil quilómetros em terra e 10 mil quilómetros no mar, seria executado pela China Petroleum Pipeline Bureau, num investimento de cerca de 6 mil milhões de dólares.

Antes da SacOil-ENH-Profin, um outro projecto de construção de gasoduto para escoar o gás natural de Palma para Maputo e África do Sul foi apresentado. Trata-se do projecto Gasnosu (gás norte-sul) cujos proponentes são a sul-africana Gigajoule e a ENH.

O acordo para a criação deste projecto foi assinado a 23 de Abril de 2013 e estabelece “bases para o estudo conjunto e de viabilidade de construção do gasoduto de 2100 km de Cabo Delgado a Maputo e mercados regionais”<sup>15</sup>, num investimento estimado entre 3 mil milhões e 5 mil milhões de dólares norte-americanos. A Gigajoule e a ENH já são parceiras noutro gasoduto, desde 2003, da companhia Matola Gas Company que transporta o gás de Ressano Garcia para África do Sul e Matola, onde tem rede de distribuição.

Neste concurso destinado à selecção de projectos para exploração da quota do gás natural destinada ao mercado doméstico, empresas de elite política acorreram entusiasmadas de forma directa e indirecta.

“

Nos últimos 10 anos, uma série de empresas ligadas à elite dirigente do Estado e do Partido Frelimo emergiu no mercado, preparando-se para tirar vantagens do sector extractivo em Moçambique. Muitas dessas empresas/sociedades apresentam um objecto social demasiado amplo, como se esperassem pela oportunidade para se encaixarem no que lhes surgir.

”

<sup>11</sup> <http://www.glaenergy.com/>

<sup>12</sup> <http://www.times.co.zm/?p=34046>

<sup>13</sup> <http://gallery.cnbcfrica.com/video/?bctid=5335467719001>

<sup>14</sup> [http://www.cipmoz.org/images/Documentos/Industria\\_Extrativa/439\\_CIP-a\\_transparencia\\_49.pdf](http://www.cipmoz.org/images/Documentos/Industria_Extrativa/439_CIP-a_transparencia_49.pdf)

<sup>15</sup> <http://www.gasnosu.co.mz/gasnosu-noticias/Gasodutode-gaacutes-natural-iraacute-ligar-as-grandes-descobertasde-gaacutes-natural-no-norte-de-Moccedilambique/index.html>

“

Antes da SacOil-ENH-Profin, um outro projecto de construção de gasoduto para escoar o gás natural de Palma para Maputo e África do Sul foi apresentado. Trata-se do projecto Gasnosu (gás norte-sul) cujos proponentes são a sul-africana Gigajoule e a ENH

”

## Muinvest SA

Tudo indica que esta empresa foi criada mesmo com o propósito de responder ao anúncio lançado pelo INP. Ela foi criada cerca de um mês depois do lançamento do anúncio e tem no seu vasto objecto social o exercício da actividade mineira e outras actividades relacionadas ao sector mineiro, bem como produção de energia com recurso ao uso de recursos minerais como carvão, gás natural, petróleo e outros, produção e comercialização de fertilizantes e álcool<sup>16</sup>.

A empresa está ligada ao general aposentado Alberto Chipande e a sede da empresa está ligada ao mesmo endereço da esposa do general, Hortência Chipande, em Maputo.

## JNC-JSPDI-VBC-SAL Union

Há informações de que o consórcio **JNC-JSPDI-VBC-SAL** tem relação com a empresa JNC Consulting e Investimentos Limitada, fundada em Fevereiro de 2015 por Neto Júnior Raimundo Domingos Pachinuapa, filho do general aposentado Raimundo Pachinuapa e mais dois parceiros<sup>17</sup>, com a VBC Limitada, criada em Dezembro de 2013, por Rufino Felisberto Licuco, com investimentos em várias áreas, com destaque para energia. Igualmente, o consórcio tem ligações com a SAL Investimentos Holding Limitada (registada nas Maurícias)<sup>18</sup> e conta com a parceria técnica do JSPDI, Jiangsu Power Design Institute Co., Ltd, uma instituição do grupo China Energy Engineering Group. A JNC Consulting e Investimentos Limitada não tem, explicitamente, no seu objecto social nenhuma actividade que a mostre elegível ao concurso lançado pelo INP. O seu foco como objecto social é intermediação financeira, consultoria multidisciplinar, investimentos multi-sector, importação e exportação e investimentos no sector de minas.

## Epsilon

A Epsilon foi criada em 2014 pelo ex-ministro das Finanças, Abdul Magid Osman, e outras figuras que igualmente estabeleceram a Epsilon Tecnologia SA e Financeira SA<sup>19</sup>. A empresa tem um vasto objecto social.: adquirir e deter uma carteira de títulos visando a criação de mais-valias ou a rendibilização do capital investido, bem como adquirir e deter participações em outras sociedades e exercer os direitos sociais inerentes a essas participações, intervindo na gestão ou adquirindo o controlo das sociedades participadas, podendo estas prosseguir qualquer objecto social, sob qualquer forma, e serem nacionais ou subordinadas a normas de direito estrangeiro. A sociedade pode ainda:

- a) Exercer outro tipo de actividades consideradas complementares ou acessórias do seu objecto, adequadas aos títulos e participações a gerir, nomeadamente a concessão de garantias, a prestação de serviços técnicos de gestão financeira, administrativa e comercial às sociedades por ela participadas ou que com ela tenham celebrado um contrato de gestão e realização de estudos de viabilidade por conta de outrem;
- b) Alienar, sob qualquer forma em direito permitido, imóveis ou outro tipo de propriedade urbana ou rústica, administrá-la e arrendá-la para seu uso próprio ou de terceiros, bem como promover e desenvolver projectos imobiliários e sua comercialização;
- c) Exercer actividade na área da indústria mineira, extractiva e comercialização do produto resultante da actividade;
- d) Exercer actividade de comércio de importação e exportação.

A empresa refere na sua página *web* que possui parcerias para implementação de projectos de geração de 150 MegaWatts de energia na Zambézia, bem como de geração de outros 150 MegaWatts de energia e implementação de produção de CNG, ambos em Cabo Delgado<sup>20</sup>. É curioso que a empresa se refira aos dois últimos projectos, que constam do Plano Director do Gás Natural, visto que a adjudicação ainda não foi efectuada.

<sup>16</sup> BR nr. 116, III Série de 28 de Setembro de 2016

<sup>17</sup> BR nr. 25, III série de 27 de Março de 2015

<sup>18</sup> <http://www.bloomberg.com/research/stocks/private/snapshot.asp?privcapId=283906568>; <http://www.stockexchangeofmauritius.com/downloads/archives/DeltaBusinessPlanPARTA.pdf>

<sup>19</sup> <http://www.cip.org.mz/historico/cipsrddb/prtco.asp?id=1181>

<sup>20</sup> <http://www.epsilon.co.mz/index.php/services/>





## Motse SA

A Motsé SA foi fundada em agosto de 2014 e está associada a uma empresa de energias denominada Keren Energy Investments, ligada a Octavio Magaia, filho de Americo Magaia. A Karen tem como outro accionista a Imorural.

O objecto social da empresa é essencialmente a gestão de participações sociais noutras sociedades, prestação de serviços de gestão e administração de sociedades nas quais detenha participação ou com as quais tenha celebrado contrato de subordinação.

## Nomenclatura posta de lado, mas falta visão estratégica ao governo para o gás doméstico

Apesar de a elite política nacional, muito ligada ao partido no poder, ter muito apetite pelo sector de hidrocarbonetos, particularmente no que se refere à utilização da quota destinada ao mercado doméstico, aparentemente não foi privilegiada neste concurso público. Aliás, nesta nova era de governação, iniciada em 2015, a elite não tem sido privilegiada nos concursos públicos e isso iniciou durante o processo de adjudicação de 15 blocos petrolíferos em 2015, em que a Proinvest foi colocada de fora.

A investigação do CIP continua em torno de uma empresa, mas, por enquanto, não se encontrou envolvimento directo das empresas da nomenclatura nas empresas seleccionadas. Claramente a questão da capacidade financeira e técnica pode ser um grande entrave para as empresas nacionais e da nomenclatura, em particular, só que, mesmo assim, o concurso seleccionou algumas empresas duvidosas e sem experiência relevante e prova de capitalização/solvência.

No que tange à produção de energia em Nacala, um centro económico com grande potencial, foi seleccionada a GL Energy Africa, uma empresa relativamente nova e com muito pouca experiência, tendo no seu portefólio de projectos apenas um em implementação na Zâmbia, cujo custo foi de 50 milhões de dólares, contra os 370 milhões de dólares que se propôs investir em Moçambique. Quanto à produção de fertilizantes, foi seleccionada uma empresa reputada a nível internacional pela produção de fertilizantes na base de vários minerais, incluindo o gás, contudo, ela tem um histórico preocupante de corrupção com vários detentores de poder público e com poder de decisão sobre processos de licenciamento de projectos dessa natureza nalguns países africanos.

“

Claramente a questão da capacidade financeira e técnica pode ser um grande entrave para as empresas nacionais e da nomenclatura, em particular, só que, mesmo assim, o concurso seleccionou algumas empresas duvidosas e sem experiência relevante e prova de capitalização/solvência.

”



“

Finalmente, este concurso mostrou que o Governo não tem visão estratégica sobre como pretende usar a sua quota de gás natural, deixando ao critério das empresas a decisão sobre o impacto esperado dos projectos, a sua localização e até quantidade do gás necessária, quando, na verdade, os projectos deveriam ser desenhados para responder aos objectivos pré-estabelecidos pelo Governo.

”

Ainda foi seleccionada uma empresa parceira da ENH no projecto de produção de combustíveis líquidos, particularmente o CNG, sendo que a empresa nacional deverá ser a que negocia os preços e contratos com as proponentes dos projectos de utilização do gás a nível doméstico. Trata-se da Shell Moçambique BV.

O concurso público era pouco detalhado, sendo que no anúncio o INP apenas refere que pretendia seleccionar empresas para a concepção, investimento e desenvolvimento de projectos, tais como geração de energia eléctrica e produção de fertilizantes e/ou de combustíveis líquidos para o consumo em Moçambique e convidava as empresas interessadas a buscarem mais informação junto da instituição. Portanto, os requisitos para concorrer não foram publicamente apresentados.

Igualmente, o concurso foi lançado enquanto aspectos cruciais, tais como o preço, não tinham sido adequadamente definidos, tendo em conta que o modelo de precificação do gás natural para o mercado doméstico não é ainda do domínio público e considerando que o sucesso dos projectos aprovados depende sobremaneira dos preços a que o gás natural chegará para o efeito.

Finalmente, este concurso mostrou que o Governo não tem visão estratégica sobre como pretende usar a sua quota de gás natural, deixando ao critério das empresas a decisão sobre o impacto esperado dos projectos, a sua localização e até quantidade do gás necessária, quando, na verdade, os projectos deveriam ser desenhados para responder aos objectivos pré-estabelecidos pelo Governo.



## Caixa de texto 2: ENH –um veículo de entrada no negócio do gás natural?

Nos últimos anos a ENH tem estado a ser assediada por várias empresas para firmarem parcerias a nível das diversas fases de produção, com destaque para o *downstream*, sobretudo ligada ao gás doméstico.

Em 2014, a ENH foi reconfirmada como o representante do Estado no negócio do gás e como o responsável pelo marketing e comercialização do gás natural destinado ao mercado doméstico, devendo ser ela quem vai negociar, celebrar e gerir os contratos de compra e venda do gás doméstico, primeiramente com as concessionárias dos blocos onde o gás será extraído, nomeadamente: a ENI e a Anadarko e com as empresas seleccionadas no âmbito deste concurso.

Tendo em conta o papel da ENH, as alianças com essas empresas estão enfermas de conflitos de interesse, o que seria muito mais preocupante se as mesmas fossem seleccionadas para implementar os projectos no âmbito da utilização do gás doméstico.

Em Janeiro de 2014, a empresa Marubeni Corporation<sup>21</sup>, uma das concorrentes no concurso sobre utilização da quota do gás doméstico, assinou um memorando de entendimento com a Petromoc para a realização de um estudo de produção de gasolina, a partir do metanol.

A Marubeni, em parceria com a Petromoc e ENH, está a estudar um projecto para a produção de metanol, a partir do gás natural, que seria a matéria-prima para a produção de gasolina<sup>22</sup>.

A Marubeni salienta num comunicado de imprensa datado de 30 de Janeiro de 2014, a ser bem sucedido, o projecto poderá ser revolucionário para Moçambique, transformando o país num fornecedor de gasolina. De salientar que esta empresa foi uma das 14 concorrentes reprovadas.

Mesmo antes de iniciar, publicamente, a discussão sobre a possibilidade do Estado moçambicano exportar o gás natural extraído da Bacia do Rovuma para a vizinha África do Sul, um consórcio composto por empresários sul-africanos, SacOil, e indivíduos moçambicanos, por via da empresa Profin incluindo a ENH, conceberam um projecto de construção de um pipeline, avaliado em 6 mil milhões de dólares, a ser proposto ao Governo.

Nesta parceria bilionária, cujo projecto de construção da infra-estrutura já foi feito, e inclusive, o construtor já está identificado, não se sabe qual será a quota de participação da ENH.

Em Novembro de 2016, a empresa chinesa CNPC e a ENH formalizaram a criação de uma equipa conjunta de trabalho para a materialização de parcerias nas áreas de pesquisa, desenvolvimento e produção em *upstream* bem como na construção de gasodutos, em *midstream*, e no desenvolvimento da indústria petroquímica, em *downstream*<sup>23</sup>.

Mas, em Março de 2014, a Mitsui assinou com a ENH um acordo para o desenvolvimento de um estudo conjunto de processamento de gás natural em GTL<sup>24</sup>. Este acordo foi reforçado em Setembro de 2016 com a assinatura de um memorando de entendimento para colaboração na identificação e aproveitamento de oportunidades de negócios na área de hidrocarbonetos em Moçambique, que vão desde actividades de desenvolvimento *upstream*, liquefação *midstream*, comercialização *downstream* até ao transporte de LNG<sup>25</sup>.



21 <http://www.marubeni.com/news/2014/release/00006.html>

22 Iden

23 <http://www.enh.co.mz/Imprensa/Noticias/ENH-e-CNPC-formam-equipa-de-trabalho-para-materializar-cooperacao-na-area-petrolifera>

24 [http://japan-gtl.com/pdf/20140320\\_Eng.pdf](http://japan-gtl.com/pdf/20140320_Eng.pdf)

25 <http://www.enh.co.mz/Imprensa/Noticias/ENH-reforca-cooperacao-com-empresas-do-Japao-da-area-petrolifera>



Parceiros



Norwegian Embassy



Informação Editorial

**Director:** Adriano Nuvunga  
**Autor:** Fátima Mimbire  
**Equipa Técnica do CIP:** Anastácio Bibiane, Baltazar Fael, Borges Nhamire, Celeste Filipe, Edson Cortez, Egídio Rego, Fátima Mimbire, Jorge Matine, Stélio Bila.  
**Propriedade:** Centro de Integridade Pública

**Layout e Montagem:** suaimagem

**Contacto:**  
 Center for Public Integrity (Centro de Integridade Pública, CIP)

Rua Fernão Melo e Castro, n° 124,  
 Sommerschild  
 Maputo - Moçambique  
 Tel.: +258 21 499916  
 Fax: +258 21 499917  
 E-mail: [cip@cipmoz.org](mailto:cip@cipmoz.org)  
 Website: <http://www.cipmoz.org>